



METROVIÁRIOS

DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários – Fenametro – ano 3 – nº 20 – Dez./2007

Fenametro denuncia demissões em audiência pública no Senado

Uma delegação de metroviários de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará participou da audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal para debater a demissão arbitrária de dirigentes sindicais.

Além do presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, participaram da mesa de debates a subprocuradora-geral do Trabalho e coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão, Maria Aparecida Gurgel; o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Paulo Marcos Rizzo; o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Católica de Brasília (UCB), Adriano Sandri; a coordenadora da Secretaria de Relações do Trabalho, Zilmara David de Alencar; e o conselheiro federal da OAB, Roberto de Figueiredo Caldas.

Os debatedores denunciaram casos de demissão de dirigentes que consideram como “perseguição e ataques à liberdade de organização sindical”, e reivindicaram a regulamentação do artigo 8º da Constituição, que determina a estabilidade no emprego para esses dirigentes.

A audiência foi requerida e presidida pelo Senador Paulo Paim depois que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) repreendeu o governo brasileiro, em agosto deste ano, por não coibir práticas anti-sindicais, consideradas graves violações aos direitos humanos, mormente ao direito de livre associação sindical

e de liberdade de manifestação. A iniciativa de denunciar à OIT as demissões de dirigentes sindicais no Brasil foi tomada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Em sua intervenção o presidente da Fenametro, denunciou a demissão dos dois dirigentes sindicais cariocas no último mês de março, promovida pela Opportrans, concessionária do Metrô do Rio de Janeiro controlado pelo CityGroup. Foi denunciado ainda a arbitrariedade instalado no estado de São Paulo, onde a Cia. do Metrô e o governo estadual desde o mês de abril vem demitindo dirigentes sindicais, bem como perseguindo trabalhadores que participam das lutas da categoria, como a greve de 1 e 2 de agosto que a empresa demitiu 61 trabalhadores. Denunciou ainda o famigerado “afastamento por falta grave” contra sindicalistas paulistas, que na opinião do presidente da Fenametro, significa uma condenação sem provas do trabalhador.

Ao usar a palavra o presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Paz, denunciou o clima de arbitrariedade e pressão que os metroviários vivem sob

a gestão da Opportrans, onde os trabalhadores são intimidados cotidianamente, como ocorreu na véspera da campanha salarial com a demissão dos dois dirigentes sindicais.

Na audiência a FENAMETRO entregou ao Senador Paulo Paim documento onde denuncia todas estas arbitrariedades contra os trabalhadores e seus representantes tanto no Metrô de São Paulo como no Metrô do Rio de Janeiro. Enfatiza que o afastamento para averiguação de falta grave representa na prática uma demissão por justa causa, pois o trabalhador fica afastado, sem receber salários e demais direitos. Na verdade, o patrão acusa sem a prova alguma, pune o trabalhador com afastamento não remunerado em processos judiciais que duram em média seis anos.

No final da audiência, Wagner Fajardo, informou que a Fenametro, a exemplo do Andes, também irá fazer uma representação na OIT e na Procuradoria Geral do Trabalho, para denunciar o governo do Estado de São Paulo e o Citygroup, por práticas anti-sindicais. *(Veja na página da internet a íntegra da participação da Fenametro na audiência e o documento entregue ao Senador Paulo Paim).*

3ª Conferência Nacional das Cidades

Fenametro amplia sua participação no Conselho das Cidades

Os metroviários participaram com 10 delegados e 2 delegadas na 3ª Conferência Nacional das Cidades em Brasília entre os dias 19 e 22 de novembro.

Na Conferência que contou com a participação de mais de 2000 delegados e delegadas, que em sua maioria pertenciam aos movimentos sociais organizados, ONG's e entidades sindicais. Participam também representação dos governos municipais, estaduais e federal, parlamentares e organizações empresariais.

Sob o lema "Desenvolvimento

Urbano com Participação Popular e Justiça Social" a Conferência debateu principalmente os mecanismos de fortalecimento do Conselho Nacional das Cidades - Concidades e a necessidade de se construir Conselhos também nos estados e municípios. A principal reivindicação dos movimentos populares é que estes conselhos, a exemplo do que ocorre no Conselho Nacional de Saúde, tenham caráter deliberativo e não somente consultivo como é hoje.

A Fenametro apresentou uma emenda às resoluções para que se garanta o papel estruturador do

transporte sobre trilhos nas grandes metrópoles, a sustentabilidade dos sistemas públicos e estatais e o combate aos processos de privatização, propondo o impedimento de aplicação de recursos públicos para esta finalidade.

A Conferência também elegeu no novo Concidades, que tomará posse no mês de abril de 2008, e além de manter a atual representação com um conselheiro efetivo, a Fenametro vai rodiazar com a CNTT-CUT a indicação de um suplente, durante o próximo mandato.

Trabalhadores da CBTU elegem representante no Conselho de Administração da empresa

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição das políticas mestras a serem desenvolvidas pela empresa em relação aos investimentos, expansão, desenvolvimento e expansão. A participação dos trabalhadores iniciou em 2003, por proposta do Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que indicou o presidente da Fenametro, Wagner Fajardo e que foi acatada pela direção da Federação e referendada na 1ª Plenária Nacional dos Metroviários.

A participação de um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da CBTU se mostrou extremamente positivo. Tanto os sindicatos de metroviários e ferroviários que atuam na base da CBTU, são unânimes

em considerar que embora o espaço não permita a promoção de mudanças significativas nos rumos da empresa, mas permitiu saber o que estava sendo decidido e principalmente preparar os trabalhadores para resistir a propostas que discordavam. Foi também um importante instrumento de denúncias, tanto de desvios na gestão da empresa como também no questionamento político e jurídico dos equívocos na política do governo, do Ministério e da direção da CBTU. O caso mais emblemático foi o questionamento jurídico ao processo de municipalização da Superintendência de Salvador, que mesmo não conseguindo reverter o processo, conseguiu retardá-lo e ainda hoje está pendente de julgamento no

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Além de ser um canal de interlocução entre a alta administração da empresa e os trabalhadores, um dos objetivos perseguidos pelo conselheiro Wagner Fajardo, foi o de buscar a consolidação deste espaço para os próprios trabalhadores da CBTU.

A eleição foi realizada em julho e elegeu uma lista tríplice composta pelos companheiros José Innocência de Recife, José Geraldo Alves de Belo Horizonte e Sávio também de Recife. A lista foi apresentada ao governo e o Ministro das Cidades, Marcio Fortes, escolheu José Innocência, que é presidente do Sindmetro-PE, que obteve o maior número de votos na eleição.